



Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria Estadual do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Ibicuí

ATA Nº79– 25 de Setembro de 2015

Local:	Auditório do Sindicato Rural de Manoel Viana – Parque de Exposições Leo Durlo – Manoel Viana	Horário :	13h30 as 17h
Presidente: Ivo Mello	Vice-Presidente: Ernani Rossi	Sec.Executiva: Mariza Beck	

PAUTA

1. Abertura, apresentação da plenária, aprovação da Ata e informes gerais
2. CAR – Decreto Estadual 52.431\15 – Áreas rurais consolidadas e outras peculiaridades do Bioma Pampa para fins do Cadastro Ambiental Rural - Marlidiane Klug – SENAR RS
3. Projeto Agrotríplex: estradas, água e energia para o desenvolvimento regional – Fátima Marchezan – Associação Arrozeiros de Alegrete
4. Discussão sobre o uso das telas de proteção nas bombas de sucção – Ministério Público
5. Prestação Parcial de Contas – 2ª Parcela Convênio Sema\F. MAronna\ CBH Ibicuí
6. Assuntos Gerais

Abertura: O presidente Ivo Mello saudou os presentes, agradecendo a disponibilidade do auditório ao presidente do Sindicato Rural de Manoel Viana, Caio Nemitz. A plenária fez as apresentações individuais e aprovou a Ata nº78.

Em informes gerais o presidente comunicou que estará participando do XVIII Encontro Nacional de Comitês de Bacias, em Caldas Nova, Goiás, representando o Comitê Ibicuí e à convite da organização para ser um dos conferencistas da programação, falando a respeito da manutenção destes colegiados. Na sequência, pediu ao vereador Luiz Gilberto Riso comentasse sobre a audiência na Câmara de Vereadores de Uruguaiana, em dois de setembro, pp que concedeu alta deferência ao ex presidente do CBH Ibicuí, Roberto Basso. A secretária executiva leu a Moção de Reconhecimento que o comitê enviou, parabenizando a iniciativa. Também falou que todos os anos a Câmara convida o comitê para expor as atividades do ano, cumprindo o ato de representatividade. Ivo deu ciência à plenária sobre os aditivos ao Plano de Trabalho do comitê que serão enviados à SEMA: um para a instalação das estações de monitoramento (despesas da instalação e de um técnico que vai validar os locais e acompanhar os trabalhos) e outro, para os estudos de sedimentos da bacia do Ibicuí Mirim. Mariza Beck lembrou que a Fazenda Bom Retiro de Itaqui já manifestou interesse em abrigar uma unidade de monitoramento. Após aprovação de inversão da pauta, a engenheira Fatima Marquezan iniciou sua apresentação.

2. Projeto Agrotríplex: estradas, água e energia para o desenvolvimento regional – em uma parceria com a Unipampa, cursos de engenharia, e Associação doa Arrozeiros de Alegrete, está em desenvolvimento o projeto de visa buscar soluções para a ineficiência no fornecimento de energia para a zona rural, para o melhoramento das estradas rurais a partir do uso de técnicas corretas de construção e, a proteção e conservação das águas que abastecem os campos do município. Fátima mostrou as condições da rede de distribuição de energia, com postes em péssimo estado onde qualquer intempérie cancela o fornecimento, causando sérios transtornos e prejuízos à população do campo. Vivemos com o mínimo de qualidade que a ANEEL considera ótimo para o fornecimento de energia. Chaves e fusível caídos, material sucateado, rede mono fio sem condições de trazer energia adequada para atender empreendimentos como a bacia leiteira do município, por exemplo. A idéia é capacitar consultores da área de energia para saberem analisar as contas demonstrativas e orientar os produtores como melhorar a sua eficiência. Sobre as estradas o projeto quer mostrar que é possível construir pavimentos de boa qualidade com baixo custo, usando, por exemplo, material de basalto existente nas propriedades, principalmente das barragens, evitando a abertura de novas jazidas. O piloto do projeto prevê a construção de vinte e três quilômetros de estradas em parceria com a Secretaria Estadual de Transportes, já contatada e conhecedora do projeto. Tão logo a parceria se realize, os prefeitos da região serão comunicados e convidados a se unirem ao



Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria Estadual do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Ibicuí

projeto. Com relação às águas, é o tema da próxima Semana Arrozeira onde o foco será o uso sustentável deste recurso natural. O professor José Wagner Kaehler, colaborou com a apresentação mostrando a participação da universidade no contexto das características da região onde está instalada. Ressaltou que a reservação de água que caracteriza a bacia do Ibicuí deve ser valorizada pois é o que dá condições de produção de desenvolvimento para os seus habitantes. Ainda, mencionou a responsabilidade que os gestores públicos devem ter em relação à poluição dos cursos d'água dos seus municípios, pois se trata de um recurso de alto valor. Fatima lembrou que a água que irriga as lavouras e dessedenta os animais do campo também deve ter qualidade, assim como é exigido que a mesma, após irrigação, seja devolvida em condições ótimas para o ambiente.

3. CAR – Decreto Estadual 52.431\15 – Áreas rurais consolidadas e outras peculiaridades do Bioma Pampa para fins do Cadastro Ambiental Rural - Abordando as alterações incidentes para o Bioma Pampa, a partir do decreto estadual que estabeleceu para esta região dois tipos de área rural consolidada:, por supressão da vegetação nativa para uso alternativo do solo (lavouras, casa, benfeitorias, pomar, poteiros,); por supressão da vegetação nativa para atividade pastoril, incluindo melhoramento de campo, até 25 maio de 2012. Uma vez que já tenha sido lavoura, marca-se como tal, mas deve ter como comprovar. Sobre as áreas remanescentes do bioma pampa, como não há definição dos estágios sucessionais, ficou definido como sendo as áreas cobertas por vegetação nativa do tipo florestal, campestre ou qualquer outra fisionomia de ciclo florestal, sem ocupação antrópica preexistente ate 2008. Marcar tudo com vegetação arbórea, mato. Já os banhados são considerados áreas de preservação permanente com características específicas (mais de 5 meses alagados contínuos ou alternados = 150 dias + vegetação específica). Maridiane comentou sobre o PRA – Plano de Regularização Ambiental para aqueles que fizeram supressão após 2012. Hoje, qualquer supressão da vegetação deve ser antecipada de autorização do órgão competente. Em áreas de pastoril, até 3m de altura da vegetação, não é preciso laudo de descapoeiramento. Seguiram-se vários questionamentos dos presentes, respondidos pela consultora. Ivo Mello lembrou que entre as regras ficou a preocupação de barrar o avanço da soja nos campos do Bioma Pampa, preservando as características dos campos nativos. Adriana Vargas disse estar revoltada com a falta de comunicação dos órgãos competentes quando se busca uma orientação a respeito do CAR. Ninguém se compromete em dar a informação correta deixando inseguros os produtores e os técnicos do setor. A orientação é que os produtores façam o CAR mas não enviem até que todas as regras estejam consolidadas e o sistema funcionando a contento.

4 -Discussão sobre o uso das telas de proteção nas bombas de sucção – Ministério Público - As Associações de Arrozeiros de Uruguaiana e de Itaqui receberam ofícios do Ministério Público para responderem sobre a aplicação das telas de proteção contra a entrada de alevinos nas bombas de irrigação das lavouras. O documento pede, inclusive, que a entidade diga quem não esta cumprimento a norma. Miguel Oscar ressaltou que o objetivo da norma é “apurar se há mortandade provocada pela sucção das bombas” e isto não é competência das associações. Ivo questiona que se a portaria vigora desde 1992 e até hoje não houve acompanhamento da eficácia desta ferramenta, não é plausível transferir a fiscalização para as entidades. Reafirma que a maioria dos produtores, tendo licenciamento da atividade, certamente tem a tela, pois é uma das exigência para quem faz captação superficial de água. Afirma que o Ministério responsável pela portaria é quem deve estudar o caso. Marco Tirelli confirma que terá que fazer vistorias nas lavouras cujos laudos comprobatórios do uso da tela não foram enviados à FEPAM e, solicita aos consultores que refaçam seus laudos, atualizando os dados e reenviando para o órgão fiscalizador. Roberto Basso, diz-se indignado pois a cada ano esta exigência se repete, provocada por cada promotor que assume o cargo e que não se intera das tratativas feitas anteriormente. **Encaminhamento:** agendar reunião com o promotor junto com a direção do Comitê Ibicui e as associações de arrozeiros para



Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria Estadual do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Ibicuí

conversar, mais uma vez, sobre este assunto. Na sequência deste assunto, o presidente Ivo Mello, pediu que a secretária do meio ambiente de Itaqui, Ilca Figueiredo, falasse a respeito da audiência pública que ela participou em POA, sobre a proibição da pesca do dourado. Disse que perguntou quem fez pesquisa sobre a população de peixes na bacia do Uruguai pois acha estranho que nunca alguém apareceu na beira do rio para qualquer procedimento. Marco Tirelli diz que é constatado a superpopulação de dourado e que a explicação dos técnicos é que só pode ser considerado fora de risco quando 50% da população for de indivíduos adultos. Solicitaram mais dois anos para propor a liberação. Ilca também chamou a atenção da infestação de mexilhão dourado no rio Uruguai que pode, inclusive, prejudicar as bombas de irrigação. Tirelli confirmou que as bombas que ele vistoriou estavam com as telas cheias de mexilhões. Ivo comentou que o “documento” entregue a Ilca, explicando a proibição da pesca, não continha assinatura, sequer timbrado da entidade\órgão emissor. Ivo informou que propôs em reunião da Câmara Técnica do Uruguai que a bacia do Ibicuí, na área de seus 35 mil Km², fosse considerada reserva da biodiversidade, um berçário para a reprodução e criação da ictiofauna da região do Uruguai, liberando assim outras áreas para instalação de empreendimentos como PCHs, por exemplo.

5 - Prestação Parcial de Contas – 2ª Parcela Convênio nº59\2013 SEMA\F. Maronna\ CBH Ibicuí – A secretária executiva fez a demonstração parcial do uso dos recursos do Convênio de manutenção e operação do Comitê Ibicuí, haja vista que esta é a última reunião prevista antes do prazo de entrega da documentação em 22 de outubro. A plenária acompanhou a apresentação, conferindo os resultados das atividades do Comitê, aprovando, sem ressalvas, a aplicação dos recursos da segunda parcela, elogiando a transparência da equipe diretiva. Ivo Mello ressaltou o acompanhamento da Fundação Maronna, responsável pela gestão dos recursos financeiros, pois ela mesmo é auditada pela Procuradoria Geral das Fundações que também observa o uso de recursos externos que a entidade tem sob a sua responsabilidade.

6 - Assuntos Gerais - O presidente do Sindicato Rural de Itaqui e Maçambará trouxe à plenária a preocupação do aumento da incidência da cisticercose no rebanho, doença de ordem parasitária causada pela larva da Tênia que afeta o sistema neurológico. Como há registros de casos em terras altas, longe de cursos d'água, há uma probabilidade de haver disseminação da larva através da água que está irrigando lavouras.. Pede sugestão de verificação das águas que servem a este propósito na bacia.

Também ficou acertado a força tarefa do DRH que irá a Itaqui, no dia 25 de outubro para análise presencial dos processos atrasados na Divisão de Outorga. A prefeitura vai organizar o local de trabalho e o sindicato rural e a associação dos arrozeiros fará a mobilização dos consultores técnicos. Os processos, segundo orientação da secretária executiva, Mariza Beck, deverão ser listados, com número de protocolo e data da última juntada de documentos. Serão analisados os processos anteriores a janeiro de 2015.

Nada mais havendo a tratar, assinam esta ata a secretária executiva, redatora desta e o presidente do Comitê Ibicuí.

Alegrete, 25 de Setembro de 2015.

Secretária Executiva

Presidente